

Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil – Elisandra Forneck

Apropriações do mundo natural: algumas discussões ambientais no sul do Brasil

Elisandra Forneck

forneck@unochapeco.edu.br

Universidade Federal de Santa Catarina

KLANOVICZ, Jó; ARRUDA, Gilmar; CARVALHO, Ely Bergo de. (org.). **História Ambiental no Sul do Brasil**: apropriações do mundo natural. São Paulo: Alameda, 2012. 256 p.

O livro reúne alguns pesquisadores da nova geração da História Ambiental no Sul do Brasil, como definem os próprios organizadores da obra, assim como alguns dos primeiros historiadores ambientais brasileiros, como Eunice Nodari e Gilmar Arruda. Dos 11 autores reunidos nesta obra, 10 são historiadores e um é engenheiro agrônomo.

A proposta central das discussões dos textos procura analisar as diferentes apropriações do mundo natural pelo homem. Na introdução da obra, afirmam os organizadores, a interação entre humanos e não humanos/sociedade e natureza, vêm sendo objeto da História há muito tempo. Mas, a partir da década de 1970, o “campo da História Ambiental emergiu da problematização das construções sociais da crise ambiental”, muito por conta da percepção de um possível colapso dos recursos naturais, e conseqüentemente, do futuro do planeta, que se encontra ameaçado. A questão fundamental então é compreender a dinâmica de cada sociedade, analisar de que maneira cada grupo humano se apropria da natureza. Enfatizando duas noções de apropriação - uma centrada na dimensão simbólica e outra enfocando a dimensão cultural das práticas humanas – isto é, “a forma como os indivíduos ou grupos se relacionam com o mundo natural” (p.9). O livro reúne artigos onde os temas principais são o uso da terra, da água, da floresta, dos animais e as percepções sociais da natureza, temas esses que não são possíveis de serem analisados separadamente, devido a complexidade das ramificações que os conectam.

Água e florestas



Muitos dos estudos sobre história ambiental no sul do Brasil têm como eixo central essas temáticas, por serem dois dos recursos naturais que mais sofreram impactos através das mais diversas formas de apropriação humana. A devastação das florestas e a contaminação das águas foram e são objetos de estudo das mais diversas áreas de pesquisa como história, geografia, agronomia, geologia, biologia e outras. Estas áreas do conhecimento buscam compreender a ação humana nas paisagens naturais e os impactos dessa ação para o homem e para o ecossistema.

No artigo do historiador Gilmar Arruda, “Transformação da natureza, urbanização e abastecimento de água potável em Londrina, Paraná, Brasil (1970-1980)”, ele analisa a processo de modernização agrícola e as transformações sociais, ambientais e econômicas em Londrina, principalmente no que concerne ao abastecimento de água potável para a crescente população urbana, a partir do momento em que a cidade entra na “era da ecologia”. Um dos problemas centrais apontados pelo autor é a qualidade da água, afetada principalmente por agrotóxicos, de uma agricultura moderna que utiliza massivamente agroquímicos e inseticidas. Arruda analisa também o acesso desigual de água de qualidade, onde bairros periféricos sofrem mais com a qualidade e falta de água do que os mais centrais e tradicionais, que podem comprar água mineral na falta de abastecimento ou na impossibilidade de consumo devido à qualidade da mesma.

Ainda no Paraná, temos o artigo de César Karpinski, que analisa as representações e apropriações do Rio Iguaçu na ótica de alguns discursos do presidente da então recém criada província do Paraná, em 1856. Em “Navegação e conquista: o Rio Iguaçu para a província do Paraná (1856)”, Karpinski argumenta que o rio é um agente na história, pois em torno dele se constituíram diferentes representações. Havia o desejo de navegar o rio como uma forma de domínio do desconhecido, de conquista da natureza maravilhosa, mas ao mesmo tempo “selvagem”, e a transformação dos recursos naturais em riqueza, além de tornar o rio Paraná um caminho para o transporte dessas riquezas produzidas e exploradas no estado.

Ao contrário de Karpinski e Arruda, Alessandro Casagrande, em seu artigo “Entre corredeiras e florestas: as expedições fluviais de Reinhard Maack no Paraná e Santa Catarina no início do século XX”, não consegue fazer uma problematização crítica das apropriações



humanas sobre o mundo natural. Ao falar sobre a trajetória de Reinhard Maach no Brasil, o autor coloca-o como um “alemão, fazedor de mapas, naturalista, descobridor de civilizações perdidas e visionário ambiental”, o que parece uma idealização dentro da História Ambiental, que se preocupa não em exaltar feitos de qualquer pessoa, mas refletir sobre as interações entre sociedade e natureza. O autor faz uma simples descrição de suas expedições cartográficas nos rios do Paraná e Santa Catarina, sem nenhuma reflexão sobre o contexto histórico nem sobre os interesses das empresas que o contratavam geralmente para fazer levantamentos sobre jazidas de metais nobres. Mesmo que a compreensão de alguém formado em agronomia, como é o caso do autor, seja diferente de um historiador, nenhuma área do conhecimento pode cometer o erro de simplesmente descrever fatos, principalmente quando se trata de uma coletânea como essa – e muitas outras de história ambiental - que tem o objetivo de problematizar sobre questões histórico ambientais e as relações entre homem/natureza.

Como já citado anteriormente, além dos recursos hídricos, outro tema destaque da história ambiental no sul do Brasil são as florestas, principalmente sua grande exploração que ocorreu intensivamente a partir do século XX. A chegada da maior serraria da América Latina no “território contestado” e a devastação das Florestas de Araucária no planalto catarinense é tema do artigo de Eunice Sueli Nodari e Miguel Mundstock Xavier de Carvalho. Em “Araucária: o símbolo de uma Era. A atuação da Southern Brazil Lumber and Colonization Company na história da devastação das Florestas de Araucária”, os autores discutem o papel da empresa Lumber na devastação das florestas de Araucária no planalto catarinense.

Afirmam que a região do Contestado, atual planalto norte catarinense, passou por intensas transformações sociais, econômicas e ambientais a partir da chegada da empresa Lumber, que era uma das mais modernas madeireiras da época, num momento em que exploração industrial de madeira era uma das fundamentais atividades econômicas na região sul. A araucária, principal madeira explorada pela empresa, foi considerada por muitas décadas a principal madeira exportada pelo Brasil. Sua exploração ocasionou uma drástica alteração na paisagem da região. Além da exploração madeireira, a implantação de ferrovias pela mesma empresa gerou intensos conflitos com os moradores locais, culminando numa disputa que fez milhares de vítimas diretas e indiretas. Com isso, a apropriação humana dessa



paisagem “levou ao quase desaparecimento da Floresta de Araucária no sul brasileiro enquanto ecossistema específico”.

Em meados do século XX, momento em que a floresta de araucária nativa se esgota, houve um processo de implantação de variedades de *Pinus*, especialmente o *Pinus elliottii*, uma variedade que atende melhor aos interesses comerciais das indústrias de Lages e do planalto catarinense, por seu cultivo em menor tempo (7 a 20 anos). Esse é o tema do artigo de Samira Peruchi Moretto “Desmatar e reflorestar: a implantação do *Pinus elliottii* no planalto de Santa Catarina, Brasil”, que analisa como os incentivos governamentais aos reflorestamentos com espécies exóticas foi justificado como o “grande salvador” da economia, por seu desenvolvimento rápido. Com os financiamentos, muitas florestas nativas foram derrubadas para dar lugar às florestas homogêneas, de interesse das indústrias de celulose principalmente. Moretto ressalta que na década de 1970, reflorestar com espécies exóticas era sinônimo de benfeitoria para a natureza, utilizar espécies nativas não era questão de pauta.

Ainda que se leve em consideração a questão acima pontuada, a autora enfatiza que os impactos na fauna e na flora, com o incentivo à monocultura de espécies exóticas, são incontáveis, pois, mesmo que a própria espécie exótica fosse plantada e não mais derrubada, as mudanças no ecossistema não podem ser recuperadas jamais.

Terra e animais

Na região sul do Brasil, uma política de estado incentivou um intenso processo de ocupação de território por imigrantes europeus, a partir da metade do século XIX, principalmente a partir da promulgação da lei de terras. A terra, que para os moradores locais não era sinônimo de mercadoria, passa a ter outra conotação com a chegada dos estrangeiros. A mata fechada, que cobria quase todas as áreas compradas pelos colonos, desvalorizava a terra, lhe dava um ar de “selvagem”, “perigoso”. Era preciso derrubar a mata, colocar fogo, plantar e construir para que passasse a ter uma aparência de “civilidade”.

O Estado, ao incentivar a colonização do interior do Paraná, buscava colocar fim a “colonização espontânea”, ou seja, a presença de posseiros, principalmente nas terras



devolutas, para um maior controle de território, como podemos perceber no artigo de Ely Bergo de Carvalho, denominado “O estado jardineiro e a gestão das florestas: uma história do Departamento de Geografia, Terras e Colonização na gestão do sertão paranaense (1934-1964)”. Carvalho discute a atuação do estado do PR no gerenciamento das florestas, a partir do momento em que a colonização se dirigiu para o interior do estado, e como essa gestão não era preservacionista, mas fazia parte do processo de racionalidade produtiva tecno-científica, onde se derruba a “caótica” floresta para substituí-la pela silvicultura ou pela agricultura intensiva. Busca entender também a aplicação da legislação florestal durante o *boom* do processo de avanço da fronteira agrícola, no Brasil no século XX, e como essa política de estado buscava acabar com os sem terra, fixar o homem no solo, criar o novo trabalhador brasileiro, ordeiro e produtivo, distante do seu modo “atrasado” de agricultura de coivara que “devorava a floresta”. Um Estado que foi ineficiente na preservação dos recursos naturais e favoreceu a expansão da monocultura aos grandes proprietários.

A produção intensiva também é tema dos artigos de Jó Klanovicz e de Cristiane Fortkamp. Klanovicz, em seu texto intitulado “Produção de maçãs no sul do Brasil: uma história de apropriações técnicas (1960-1990)”, aborda o contexto da constituição de uma cadeia produtiva de frutas – substituindo a exploração da madeira nativa, que se aproximava do fim, a partir da metade do século XX – através do “controle” da natureza e da “correção” das imperfeições que pudessem afetar a produtividade e qualidade dos frutos. Correção essa feita através da importação de tecnologia e aplicação de conhecimento técnico para conter as “adversidades naturais”. Procura discutir a política de substituição das importações que estimulou essas práticas de “correção”, o uso de agroquímicos e o efeito simbólico que se constitui em torno do “fruto proibido”, através da legitimação do discurso científico.

O texto de Fortkamp “Estrada da mata: a criação de gado e a formação social do planalto de SC (séculos XVIII a XX) detalha como a introdução do bovino na região de Lages pelos europeus gerou transformações socioambientais na região. Contextualiza a história da constituição da raça crioula e de como esta foi sendo substituída por raças exóticas, em nome de uma carne de melhor qualidade. Substituição do gado quase “selvagem” para um gado mais “refinado”, também como forma de moldar uma nova sociedade, pois a mestiçagem não oferecia condições de progresso e desenvolvimento. Aborda como houveram modificações da



paisagem e a exclusão de pequenos produtores que não podiam pagar pelas tecnologias, pelas novas raças e os cuidados veterinários que o gado novo exigia.

Exclusão essa que afetou os posseiros do Paraná que não tinham título de terra como “prova” de que ela era sua por direito e afetou também os pequenos produtores da região de Fraiburgo/SC, que não puderam competir com os grandes produtores de frutas, que dispunham de alta tecnologia para entrar competitivamente no mercado. Um mundo industrial, como diz José Augusto Pádua, onde “[...] as novas tecnologias penetram nos processos da natureza de forma impensável no passado” e também “Cada vez mais se percebe a presença da história humana na constituição de paisagens “naturais”” (2010, p.94). Por isso da importância de percebermos como as relações do homem com a natureza não são dicotômicas, mas sim de interação.

Percepções sobre a natureza

A percepção da natureza como algo a ser livremente usado e explorado ainda encontra-se muito presente. Mesmo que existem muitas discussões acerca do esgotamento dos recursos naturais, do uso racional de recursos florestais, minerais e da água, ainda que haja muitas iniciativas conscientizadas sobre a importância de pensar o “futuro da humanidade”, o desafio da educação ambiental ainda é grande. Diferentes gerações coexistem com diferentes olhares sobre a natureza. E o Historiador Ambiental precisa estar atento as diversas percepções que convivem e que podem nos ajudar a compreender processos históricos nas mais distintas temporalidades, sem reduzir nossas análises a conclusões simplistas e taxativas.

O artigo de Carlos Renato Carola, denominado “A colonização e a mineração no sul de Santa Catarina, Brasil: uma história regional de dois modelos econômicos de alto impacto socioambiental (1875-1946)”, analisa dois processos de exploração vigentes no sul de Santa Catarina – colonização e exploração de carvão. O autor defende que a teoria da civilização e do progresso, vistos na figura do colono descendente de europeus e a industrialização, através da exploração do carvão, foram responsáveis pela violência ambiental que a região sofre a partir deste período, principalmente nas bacias hidrográficas. Estes dois elementos foram formadores de uma cortina de fumaça que ofuscou o alto impacto ambiental ocorrido com a



exploração do carvão. Os impactos ambientais e sociais realmente são indiscutíveis; contudo, Carola julgou os processos e sujeitos envolvidos, deixando de focar a análise crítica que se propõe a História Ambiental, no sentido de avaliar essas atividades dentro do seu recorte temporal, pensando-os no contexto histórico em que estavam inseridos.

Já o artigo de Elenita Malta Pereira fez uma análise da trajetória de um personagem sem dar-lhe troféus nem colocá-lo no banco de réus. “Henrique Luiz Roessler e a proteção a natureza no Rio Grande do Sul (1939-1963) faz uma análise da trajetória de Roessler, um funcionário público e seu envolvimento em questões ambientais no Rio Grande do Sul. A autora aponta como ele contribuiu para a constituição de um pensamento conservacionista no estado gaúcho, se envolveu com instituições preservacionistas – muitas vezes de forma polêmica – mas que seu pensamento caminhava lado a lado com seus contemporâneos, e não a frente.

Finalizando, as mudanças no olhar sobre a paisagem praieira é tema do capítulo “Do território do vazio ao lugar de veraneio: paisagem e cultura balneária no litoral do Rio Grande do Sul”, de Joana Carolina Schossler. Ela inicia abordando relatos de viagem do século XVIII que descreviam o litoral do RS como perigoso - naufrágios, areias movediças - e pobre, onde a paisagem era vista com negatividade, por resistir a intervenção humana, uma antítese do Jardim do Éden. No texto, analisa a invenção do veraneio na modernidade urbana, onde a praia é percebida como território do refúgio.

Percebemos nessa coletânea a diversidade e riqueza de pesquisas que a História Ambiental vem abrangendo. Provavelmente porque a percepção de dicotomia entre natureza e homem está sendo deixada de lado e o olhar sobre as relações de troca entre eles vem ganhando destaque, o que contribui muito para a consolidação do campo da História Ambiental no Brasil. Já dizia Donald Worster, que não importa que tipo de tema o historiador ambiental vá escolher como objeto de pesquisa “[...] ele deve enfrentar o antigo problema da humanidade, que tem que se alimentar sem degradar a fonte básica da vida. Hoje, como sempre, este problema é o desafio fundamental na ecologia humana, e enfrentá-lo demandará conhecer bem a terra – conhecer sua história e seus limites” (2003, p.39).



Referências

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Revista Estudos Avançados*, 24 (68), 2010.

WORSTER, Donald. Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na História. *Revista Ambiente & Sociedade*. Vol. V - nº 2 – ago/dez. 2002 – V l. 1 - nº 1 jan/jul.2003.

Recebido em 07 de janeiro de 2015

Aceito para publicação em 05 de outubro de 2015

